



**RELATÓRIO DE AUDITORIA
ASSEGURAÇÃO LIMITADA**

**CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS
COMITÊ GESTOR DA CPR SÃO FRANCISCO E PARNAÍBA**

RELATÓRIO TRIMESTRAL

REFERENTE AO PERÍODO DE 01 DE ABRIL A 30 DE JUNHO DE 2025

(2º TRIMESTRE DE 2025)

Maringá, julho de 2025

RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CONTA DO PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO RIO SÃO FRANCISCO E DO RIO PARNAÍBA - CPR SÃO FRANCISCO E PARNAÍBA

À

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras
Comitê Gestor da CPR São Francisco e Parnaíba
Rio de Janeiro

Introdução

Fomos contratados pela **Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras**, conforme **Contrato nº 45000078147**, para apresentar relatório de asseguração limitada quanto à adequação e a fidedignidade das informações que integram a Prestação de Contas da CPR São Francisco e Parnaíba, relativa ao período de 01 de abril a 30 de junho de 2025 (2º trimestre de 2025), de acordo com o Decreto nº 10.838/2021 que regulamenta os programas de revitalização dos recursos hídricos das Bacias Hidrográficas do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba e daquelas na área de influência dos reservatórios das Usinas Hidrelétricas de Furnas, nos termos do disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021.

Responsabilidades da Administração

A administração da concessionária é responsável pela elaboração e apresentação de forma adequada das informações que compõem a Prestação de Contas da CPR São Francisco e Parnaíba, relativa ao período de 01 de abril a 30 de junho de 2025 (2º trimestre de 2025), de acordo com critérios, modelos e diretrizes estabelecidas previamente e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração e apresentação dessas informações livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nosso trabalho foi conduzido com estrita observância as normas brasileiras e internacionais de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Dessa forma, nossas verificações não devem ser tomadas como garantia ou inexistência de erros (incorrekções não intencionais) ou irregularidades (erros intencionais ou fraudes).

Por se tratar de uma revisão limitada de informações, os procedimentos aplicados não representam um estudo específico para avaliar a eficácia do sistema de controle interno exercido pela Concessionária e não tem o propósito de expressar uma opinião sobre a Prestação de Contas como um todo e nem sobre outras informações complementares eventualmente requeridas. Consequentemente, não estamos expressando opinião quanto à suficiência dos procedimentos descritos neste relatório em relação a quaisquer outros propósitos.

Os procedimentos de asseguração limitada foram realizados de acordo com a NBC TA Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração e NBC TO 3000 - Trabalho de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade -

CFC. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações que integram a prestação de contas da CPR São Francisco e Parnaíba, relativa ao período de 01 de abril a 30 de junho de 2025 (2º trimestre de 2025), de acordo com o Decreto nº 10.838/2021, esteja livres de distorções relevantes.

Aplicação dos Procedimentos de Asseguração Limitada

Um trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com a NBC TA Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração e com a NBC TO 3000 - Trabalhos de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão, consiste principalmente de indagações à administração da Entidade e outros profissionais envolvidos na elaboração da prestação de contas, assim como pela aplicação de procedimentos analíticos para obter evidência que nos possibilite concluir na forma de asseguração limitada sobre as informações relativas à Prestação de Contas da CPR São Francisco e Parnaíba, relativa ao período de 01 de abril a 30 de junho de 2025 (2º trimestre de 2025), de acordo com o Decreto nº 10.838/2021, tomadas em conjunto.

Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação e apresentação das informações referentes a Prestação de Contas da CPR São Francisco e Parnaíba, relativa ao período de 01 de abril a 30 de junho de 2025 (2º trimestre de 2025), de acordo com o Decreto nº 10.838/2021, e de outras circunstâncias do trabalho e da nossa consideração sobre áreas onde eventuais não conformidades e/ou distorções relevantes poderiam existir. Os procedimentos compreenderam:

- (a) planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração da Prestação de Contas;
- (b) verificação do suprimento dos recursos pela Concessionária de Geração de Energia Elétrica, previsto no inciso I, do Art. 6º do Decreto nº 10.838/2021 **(Anexo I)**;
- (c) verificação da aplicação, programação e emprego dos recursos nos projetos, propostas e atividades previstas para a CPR São Francisco e Parnaíba **(Anexo II.a)**;
- (d) verificação da adequação e confiabilidade dos atos de desembolso praticados pela Eletrobras e/ou Concessionárias de geração de energia elétrica em cada projeto e/ou propostas e suas respectivas curvas de desembolsos **(Anexo II.b)**;
- (e) verificação dos custos totais envolvidos especificamente nas obras de cada projeto, tais como seguro, recursos humanos, consultorias, aluguéis, tributos, viagens, obrigação ambiental, indenizações fundiárias, fiscalização de obra, softwares específicos, hardwares específicos, custos advocatícios, indenizações trabalhistas e desembolsos em cumprimento a decisões judiciais **(Anexo II.b)**;
- (f) verificação da movimentação financeira das contas bancárias utilizadas para gerir os recursos da CPR São Francisco e Parnaíba **(Anexo III)**;
- (g) verificação do reembolso/ressarcimento de custeio administrativo das equipes técnicas e administrativas da Eletrobras e/ou Concessionárias que efetivamente participem da gestão dos recursos prevista na Lei n 14.182/21 e no Decreto nº 10.838/21, onde estão previstas a extensão das atividades da Eletrobras, assim como o reembolso/ressarcimento dos demais insumos necessários **(Anexos IV e V)**;

- (h) verificação das movimentações registradas nos coletores internos de custos (ordem interna SAP, Ordem de Dispendio Reembolsável, Elemento PEP – Plano da Estrutura do Projeto) selecionados pela Eletrobras, ou outra ferramenta de apuração em uso ou que venha a ser criada, inclusive para realizações com investimento **(Anexo IV e V)**; e
- (i) verificação das movimentações ocorridas em cada uma das rubricas, ações ou projetos aprovados nos Ciclos dos Planos de Trabalho Anuais do Comitê Gestor da CPR São Francisco e Parnaíba **(Anexo II)**.

Acreditamos que a evidência obtida em nosso trabalho é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão na forma limitada.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados e nas evidências obtidas, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que os valores apresentados pela **Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras** para fins de **Prestação de Contas da CPR São Francisco e Parnaíba**, relativa ao período de 01 de abril a 30 de junho de 2025 (2º trimestre de 2025), estejam em desacordo com as diretrizes, objetivos e propósitos previstos no Decreto nº 10.838 de 18 de outubro de 2021, que regulamenta os programas de revitalização dos recursos hídricos das Bacias Hidrográficas do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba e daquelas na área de influência dos reservatórios das Usinas Hidrelétricas de Furnas, nos termos do disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021.

Restrição de Uso e Distribuição do Relatório

De acordo com os termos do nosso trabalho, este relatório foi elaborado para a **Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras** e para o **Comitê Gestor da CPR São Francisco e Parnaíba** para cumprimento dos requisitos estabelecidos no Decreto nº 10.838 de 18 de outubro de 2021, que regulamenta o programa de revitalização dos recursos hídricos das Bacias Hidrográficas do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba e daquelas na área de influência dos reservatórios das Usinas Hidrelétricas de Furnas, nos termos do disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, e não deve ser apresentado ou distribuído a terceiros que não tenham concordado com seus propósitos.

Maringá, 17 de julho de 2025.

BEZ Auditores Independentes Ltda.
CRC PR 5.010/O-2

Valdemir Bez
Contador
CRC PR 037.262/O-2

Composição dos Aportes Anuais (Inciso I do Art. 6º do Decreto nº 10.838 de 18 de outubro de 2021)					
Ano	Valor Original Total (R\$)	Índice de Atualização (IPCA)	Atualização (R\$)	Valor do Aporte Atualizado (R\$)	Data do Aporte
2023	350.000.000,00	1,00954412	3.340.441,36	353.340.441,36	31/01/2023
2024	350.000.000,00	1,05619630	19.668.705,00	369.668.705,00	31/01/2024
2025	350.000.000,00	1,10722430	37.528.505,00	387.528.505,00	31/01/2025
2026	350.000.000,00		-	-	
2027	350.000.000,00		-	-	
2028	350.000.000,00		-	-	
2029	350.000.000,00		-	-	
2030	350.000.000,00		-	-	
2031	350.000.000,00		-	-	
2032	350.000.000,00		-	-	
Totais (R\$)	3.500.000.000,00		60.537.651,36	1.110.537.651,36	

Nota: Para o período de 01 de abril a 30 de junho de 2025 (2º Trimestre de 2025), não havia previsão para realização de aportes.

Plano de Trabalho - Sumário Executivo CPR São Francisco e Parnaíba							
Ord.	Ato Autor.	Projeto	Valor Autorizado (Execução)	Valor Aprovado Fiscalização	Valor Aprovado BPO (*)	Valor Total do Projeto (R\$)	%
1	(a), (g), (h)	Execução de obras de reforma/recuperação da estrada de acesso ao Parque Nacional da Serra da Canastra	50.918.520,56	-	115.500,00	51.034.020,56	5,36%
2	(a), (g), (e)	Restauração do barco à Vapor Benjamim Guimarães	5.314.152,49	314.355,95	48.911,74	5.677.420,18	0,60%
3	(a), (g)	Recuperação Ambiental de APP Hídricas em áreas críticas das Bacias dos Rios São Francisco e Parnaíba	3.000.000,00	-	26.070,00	3.026.070,00	0,32%
4	(a), (c), (g)	Estudo e Projeto básico para melhoria das condições de navegabilidade em áreas críticas no trecho do Baixo São Francisco	2.860.000,00	100.050,96	25.722,84	2.985.773,80	0,31%
5	(a), (c), (g)	Levantamento das Restrições de Captação nos Lagos de Sobradinho e Paulo Afonso	2.090.000,00	94.234,04	18.980,99	2.203.215,03	0,23%
6	(a), (d), (g)	Estudo das linhas d'água do Rio Parnaíba no trecho a jusante da UHE Boa Esperança	2.768.120,00	77.946,67	24.732,32	2.870.798,99	0,30%
7	(a), (b), (g)	Projeto para revitalização hidroambiental da microbacia do alto Rio Riachão, sub-bacia do Rio Pacuí	3.441.029,73	-	29.902,55	3.470.932,28	0,36%
8	(a), (g)	Projeto para revitalização hidroambiental das microbacias do Rio Samburá e do Ribeirão dos Patos, sub-bacia Alto São Francisco	24.189.088,22	-	93.127,99	24.282.216,21	2,55%
9	(a), (g)	Projeto para revitalização hidroambiental das microbacias dos Rios alto São Miguel, Bebedouro e Piratinga, sub-bacia do Alto Urucuia	68.135.705,38	-	115.500,00	68.251.205,38	7,17%
10	(a), (g)	Projeto para revitalização hidroambiental da microbacia do Rio das Pedras, sub-bacia do Rio Verde Grande	5.668.348,44	-	49.257,95	5.717.606,39	0,60%
11	(a), (g)	Aprimoramento da base de dados das restrições operativas hidráulicas das usinas hidrelétricas (UHEs) do Sistema Interligado	5.551.724,14	-	48.244,48	5.599.968,62	0,59%
12	(a), (g)	Fortalecimento da governança da gestão integrada dos reservatórios do sistema elétrico nacional	1.519.717,72	-	13.206,35	1.532.924,07	0,16%
13	(a), (g)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de CANAPI-AL	950.000,00	-	8.255,50	958.255,50	0,10%
14	(a), (g)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de MACURURÉ-BA	2.668.978,00	-	23.193,42	2.692.171,42	0,28%
15	(a), (g)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de MALHADA-BA	13.040.194,30	-	86.065,28	13.126.259,58	1,38%
16	(a), (g)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de MORPARA-BA	11.046.442,00	-	72.906,52	11.119.348,52	1,17%
17	(a), (g)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de PARATINGA-BA	22.355.952,60	-	86.070,42	22.442.023,02	2,36%
18	(a), (g)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de SÃO FELIX DO CORIBE-BA	25.421.023,50	-	97.870,94	25.518.894,44	2,68%
19	(a), (g)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de SENTO SÉ-BA	5.071.083,90	-	44.067,72	5.115.151,62	0,54%
20	(a), (g)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de XIQUE-XIQUE-BA	65.637.980,20	-	115.500,00	65.753.480,20	6,91%
21	(a), (g)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de AFOGADOS DA INGAZEIRA-PE	25.000.000,00	-	96.250,00	25.096.250,00	2,64%
22	(a), (g)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de BELÉM DO SÃO FRANCISCO-PE	13.927.200,00	-	91.919,52	14.019.119,52	1,47%

Plano de Trabalho - Sumário Executivo CPR São Francisco e Parnaíba							
Ord.	Ato Autor.	Projeto	Valor Autorizado (Execução)	Valor Aprovado Fiscalização	Valor Aprovado BPO (*)	Valor Total do Projeto (R\$)	%
23	(a), (g)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de BODOCÓ-PE	4.219.288,67	-	36.665,62	4.255.954,29	0,45%
24	(a), (g)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de EXU -PE	5.107.761,30	-	44.386,45	5.152.147,75	0,54%
25	(a), (g)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de MOREILÂNDIA-PE	2.541.381,70	-	22.084,61	2.563.466,31	0,27%
26	(a), (g)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de PETROLÂNDIA-PE	18.000.000,00	-	69.300,00	18.069.300,00	1,90%
27	(a), (g)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de SANTA TEREZINHA-PE	4.356.010,10	-	37.853,73	4.393.863,83	0,46%
28	(a), (g)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de TRINDADE-PE	5.841.521,80	-	50.762,82	5.892.284,62	0,62%
29	(a), (g)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de CEDRO DE SÃO JOÃO-SE	10.308.307,08	-	68.034,83	10.376.341,91	1,09%
30	(a), (g)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de GARARU-SE	3.600.000,00	-	31.284,00	3.631.284,00	0,38%
31	(a), (g)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de MALHADA DOS BOIS-SE	3.500.000,00	-	30.415,00	3.530.415,00	0,37%
32	(a), (g)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de CANARANA-BA	23.999.387,50	-	92.397,64	24.091.785,14	2,53%
33	(a), (g)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de LAPÃO-BA	8.184.392,20	-	71.122,37	8.255.514,57	0,87%
34	(a), (g)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de PARNARAMA-MA (Parnaíba)	2.600.000,00	-	22.594,00	2.622.594,00	0,28%
35	(a), (g)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de SANTA QUITÉRIA-MA (Parnaíba)	6.300.000,00	-	54.747,00	6.354.747,00	0,67%
36	(a), (g)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de BURITIZEIRO-MG	12.500.000,00	-	82.500,00	12.582.500,00	1,32%
37	(a), (g)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de BUÍQUE-PE	5.993.000,00	-	52.079,17	6.045.079,17	0,63%
38	(a), (g)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de CALUMBI-PE	7.497.476,00	-	65.153,07	7.562.629,07	0,79%
39	(a), (g)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de IBIMIRIM-PE	26.647.376,00	-	102.592,40	26.749.968,40	2,81%
40	(a), (g)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de IGUARACY-PE	11.791.696,00	-	77.825,19	11.869.521,19	1,25%
41	(a), (g)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de SERTÂNIA-PE	2.158.716,00	-	18.759,24	2.177.475,24	0,23%
42	(a), (g)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de TABIRA-PE	7.987.300,00	-	69.409,64	8.056.709,64	0,85%
43	(a), (g)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de CANHOBA-SE	12.338.877,51	-	81.436,59	12.420.314,10	1,30%
44	(a), (g)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de CENTRAL-BA	909.569,45	-	7.904,16	917.473,61	0,10%
45	(a), (g)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de REMANSO-BA	1.560.740,88	-	13.562,84	1.574.303,72	0,17%
46	(a), (g)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de ARAIOSES-MA (Parnaíba)	921.375,00	-	8.006,75	929.381,75	0,10%

Plano de Trabalho - Sumário Executivo CPR São Francisco e Parnaíba							
Ord.	Ato Autor.	Projeto	Valor Autorizado (Execução)	Valor Aprovado Fiscalização	Valor Aprovado BPO (*)	Valor Total do Projeto (R\$)	%
47	(a), (g)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de COELHO NETO -MA (Parnaíba)	2.452.500,00	-	21.312,23	2.473.812,23	0,26%
48	(a), (g)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de ARARIPINA-PE	2.751.500,00	-	23.910,54	2.775.410,54	0,29%
49	(a), (g)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de OURICURI (2ª ETAPA)-PE	2.547.637,70	-	22.138,97	2.569.776,67	0,27%
50	(a), (g)	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de AQUIDABÃ-SE	1.075.000,35	-	9.341,75	1.084.342,10	0,11%
51	(a), (g)	Expansão da rede na Bacia do São Francisco	14.119.000,00	-	93.185,40	14.212.185,40	1,49%
52	(f), (g)	Expansão da rede Bacia do Parnaíba	12.102.000,00	-	79.873,20	12.181.873,20	1,28%
53	(a), (g)	Barragem Santo Hipólito (Rio das Velhas - MG)	10.000.000,00	-	86.900,00	10.086.900,00	1,06%
54	(a), (g)	Barragem Paracatu	10.000.000,00	-	86.900,00	10.086.900,00	1,06%
55	(a), (g)	Barragem Caatinga	10.000.000,00	-	86.900,00	10.086.900,00	1,06%
56	(a), (g)	Barragem Rio do Sono	10.000.000,00	-	86.900,00	10.086.900,00	1,06%
57	(a), (g)	Barragem Urucuia	10.000.000,00	-	86.900,00	10.086.900,00	1,06%
58	(a), (g)	Monitoramento das ações aprovadas pelos comitês	1.103.311,99	-	9.587,78	1.112.899,77	0,12%
59	(a), (g)	Abastecimento de água em PÃO DE AÇÚCAR-AL	6.000.000,00	-	52.140,00	6.052.140,00	0,64%
60	(a), (g)	Abastecimento de água em PILÃO ARCADE-BA	15.368.739,00	-	59.169,65	15.427.908,65	1,62%
61	(a), (g)	Abastecimento de água em REMANSO-BA	8.761.058,28	-	76.133,60	8.837.191,88	0,93%
62	(a), (g)	Abastecimento de água em ITACURUBA-PE	3.075.590,00	-	26.726,88	3.102.316,88	0,33%
63	(a), (g)	Abastecimento de água em JATOBÁ-PE	7.311.780,00	-	63.539,37	7.375.319,37	0,77%
64	(a), (g)	Abastecimento de água em PETROLÂNDIA-PE	7.892.080,00	-	68.582,18	7.960.662,18	0,84%
65	(a), (g)	Abastecimento de água em PETROLINA (CRISTÁLIA) e LAGOA GRANDE (ALTO DA CABECEIRA)-PE	3.017.560,00	-	26.222,60	3.043.782,60	0,32%
66	(a) e (g)	Adutora da fé - 2 Etapa do Sistema Integrado de Abastecimento de Água nos municípios de Bom Jesus da Lapa, Riacho de Santana e Igaporã	258.724.936,83	-	115.500,00	258.840.436,83	27,19%
67	(a)	Auditoria Independente	1.944.855,00	-	-	1.944.855,00	0,20%
Totais (R\$)			947.686.987,52	586.587,62	3.723.997,75	951.997.572,89	100,00%

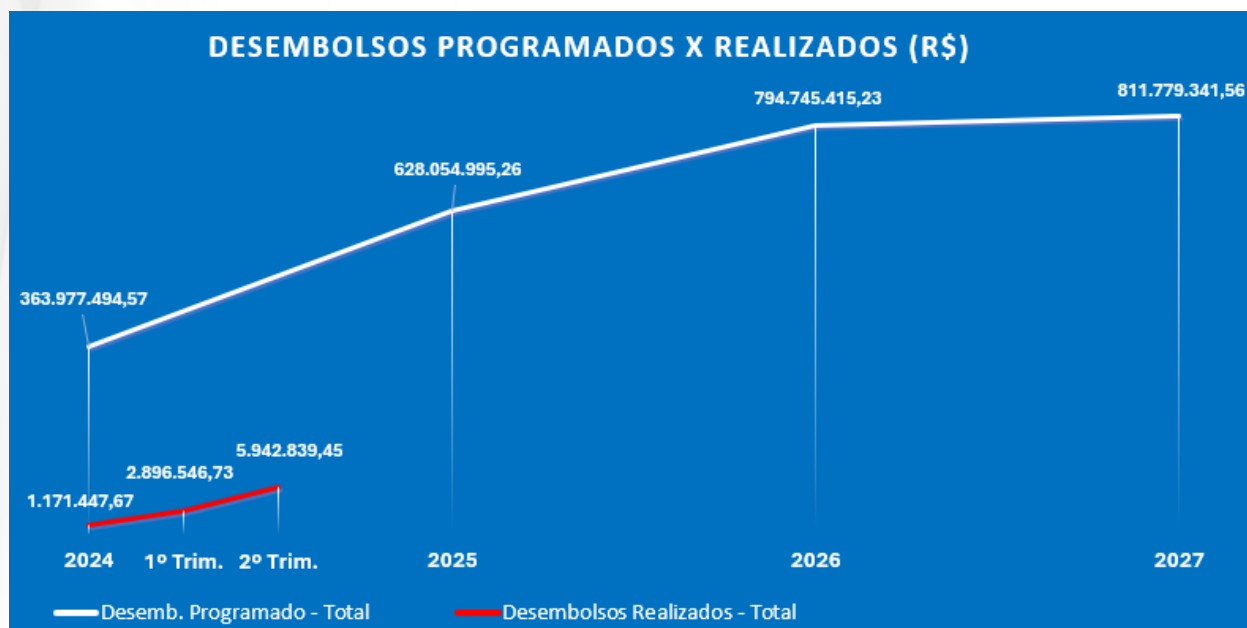
Legenda Atos Autorizativos:

- (a) Resolução Nº 5, de 03 /09/ 2024.
 (b) Ofício nº 424/2024/SNSH-MIDR de 06/06/2024.
 (c) Ofício nº 953/2024/SNSH-MIDR de 22/11/2024.
 (d) Ofício nº 1019/2024/SNSH-MIDR de 17/12/2024.
 (e) Ofício nº 720/2024/SNSH-MIDR de 17/09/2024.
 (f) Ofício nº 605/2024/SNSH-MIDR de 01/08/2024.
 (g) Ofício nº 080/2025/SNSH-MIDR de 05/02/2025.
 (h) Ofício nº 196/2025/SNSH-MIDR de 14/03/2025.

(*) Para a execução dos serviços de Business Process Outsourcing (BPO), foi contratada a empresa Accenture do Brasil Ltda., nos termos do Contrato nº 4500078923. A remuneração dos serviços é calculada com base na faixa orçamentária aprovada para cada projeto. A incorporação dos custos com BPO aos custos originais dos projetos foi aprovada pelo Comitê Gestor da CPR SFP, conforme formalizado na Ata da reunião realizada em 04 de fevereiro de 2025.

Nota I: No período de 1º de abril a 30 de junho de 2025 (2º trimestre de 2025), foram realizados desembolsos destinados ao pagamento de despesas relacionadas à execução e BPO dos projetos elencados abaixo. Para esses desembolsos, foi analisada a documentação de suporte correspondente (Contrato, Nota Fiscal e Comprovante de Pagamento) conforme disponibilizado pela Eletrobras.

Desembolsos ocorridos durante o 2º Trimestre de 2025 (Projetos)						
Projeto	Destinação	Valor Autorizado (R\$)	Desembolsos Até 31/03/25	Desembolsos 2º Trim/2025	Desembolso Total (R\$)	Desembolso (%)
EF-006 Recuperação Embarcação Benjamim Guimaraes	Execução	5.314.152,49	2.850.345,73	2.204.931,47	5.055.277,20	95,13%
	Fiscalização	314.355,95	-	131.381,52	131.381,52	41,79%
	BPO	-	-	-	-	-
	Total	5.628.508,44	2.850.345,73	2.336.312,99	5.186.658,72	92,15%
EF-003 Captações Reservatórios SOB e PA	Execução	2.090.000,00	18.569,61	-	18.569,61	0,89%
	Fiscalização	94.234,04	-	-	-	0,00%
	BPO	-	-	-	-	-
	Total	2.184.234,04	18.569,61	-	18.569,61	0,85%
EF-008 Recup APP Hídricas SF e Parnaíba	Execução	3.000.000,00	2.220,58	-	2.220,58	0,07%
	Fiscalização	-	-	-	-	-
	BPO	-	-	-	-	-
	Total	3.000.000,00	2.220,58	-	2.220,58	0,07%
EF-005 Proj Naveg Baixo SF	Execução	2.860.000,00	25.410,81	101.643,26	127.054,07	4,44%
	Fiscalização	100.050,96	-	-	-	0,00%
	BPO	-	-	-	-	-
	Total	2.960.050,96	25.410,81	101.643,26	127.054,07	4,29%
EF-004 Linhas Dagua do Rio Parnaíba	Execução	2.768.120,00	-	24.594,74	24.594,74	0,89%
	Fiscalização	77.946,67	-	-	-	0,00%
	BPO	-	-	-	-	-
	Total	2.846.066,67	-	24.594,74	24.594,74	0,86%
EF-009 Recuperação estrada Parque Nacional Serra da Canastra	Execução	50.918.520,56	-	-	-	0,00%
	Fiscalização	-	-	-	-	-
	BPO	115.500,00	-	108.396,75	108.396,75	93,85%
	Total	51.034.020,56	-	108.396,75	108.396,75	0,21%
EF-060 Expansão da rede na Bacia do São Francisco	Execução	14.119.000,00	-	-	-	0,00%
	Fiscalização	-	-	-	-	-
	BPO	93.185,40	-	51.013,18	51.013,18	54,74%
	Total	14.212.185,40	-	51.013,18	51.013,18	0,36%
EF-061 Expansão da rede na Bacia do Parnaíba	Execução	12.102.000,00	-	-	-	0,00%
	Fiscalização	-	-	-	-	-
	BPO	79.873,20	-	43.725,58	43.725,58	54,74%
	Total	12.181.873,20	-	43.725,58	43.725,58	0,36%
EF-011 Revitalização hidroambiental das microbacias do Rio Samburá e do Ribeirão dos Patos, sub-bacia Alto São Francisco	Execução	24.189.088,22	-	-	-	0,00%
	Fiscalização	-	-	-	-	-
	BPO	93.127,99	-	87.400,62	87.400,62	93,85%
	Total	24.282.216,21	-	87.400,62	87.400,62	0,36%
EF-002 Revitalização hidroambiental da microbaciado alto Rio Riachão, sub-bacia do Rio Pacuí	Execução	3.441.029,73	-	-	-	0,00%
	Fiscalização	-	-	-	-	-
	BPO	29.902,55	-	17.858,61	17.858,61	59,72%
	Total	3.470.932,28	-	17.858,61	17.858,61	0,51%
EF-001 Revitalização hidroambiental da microbaciado Rio das Pedras, sub-bacia do Rio Verde Grande	Execução	5.668.348,44	-	-	-	0,00%
	Fiscalização	-	-	-	-	-
	BPO	49.257,95	-	29.418,19	29.418,19	59,72%
	Total	5.717.606,39	-	29.418,19	29.418,19	0,51%
EF-010 Revitalização hidroambiental das microbacias dos Rios alto São Miguel, Bebedouro e Piratinga, sub-bacia do Alto Urucuaia	Execução	68.135.705,38	-	-	-	0,00%
	Fiscalização	-	-	-	-	-
	BPO	115.000,00	-	108.396,75	108.396,75	94,26%
	Total	68.250.705,38	-	108.396,75	108.396,75	0,16%
EF-013 Fortalecimento da governança da gestão integrada dos reservatórios do sistema elétrico nacional.	Execução	1.519.717,72	-	-	-	0,00%
	Fiscalização	-	-	-	-	-
	BPO	13.206,35	-	12.394,15	12.394,15	93,85%
	Total	1.532.924,07	-	12.394,15	12.394,15	0,81%
EF-064 Sistema Online de Monitoramento e Pesquisa com uso de Geotecnologias	Execução	1.103.311,99	-	-	-	0,00%
	Fiscalização	-	-	-	-	-
	BPO	9.587,78	-	5.726,09	5.726,09	59,72%
	Total	1.112.899,77	-	5.726,09	5.726,09	0,51%
EF-024 Esgotamento Sanitário em PARATINGA-BA	Execução	22.355.952,60	-	-	-	0,00%
	Fiscalização	-	-	-	-	-
	BPO	86.070,42	-	11.015,05	11.015,05	12,80%
	Total	22.442.023,02	-	11.015,05	11.015,05	0,05%
EF-080 Adutora da fé - 2 Etapa do Sistema Integrado de Abastecimento de Água nos municípios de Bom Jesus da Lapa, Riacho de Santana e Igaporã	Execução	258.724.936,83	-	-	-	0,00%
	Fiscalização	-	-	-	-	-
	BPO	115.000,00	-	108.396,75	108.396,75	94,26%
	Total	258.839.936,83	-	108.396,75	108.396,75	0,04%
Totais (R\$)		479.696.183,21	2.896.546,73	3.046.292,72	5.942.839,45	1,24%



Nota II: Os desembolsos programados para cada exercício informados no Gráfico acima (“Desembolsos Programados – Total”), foram extraídos do Cronograma de Desembolso aprovado pela Resolução nº 05 de 03 de setembro de 2024, do Comitê Gestor da CPR São Francisco e Parnaíba. Os valores indicados como “Desembolsos Realizados - Total” representam os desembolsos acumulados até 30 de junho de 2025, conforme consta no quadro do **Anexo II.b** acima.

Nota III: Em conformidade com os procedimentos estabelecidos no contrato, especialmente nas disposições referentes à realização de auditorias *in loco* e à elaboração de Relatórios de Vistoria, informamos que, exceto pelo projeto “Restauração do Barco à Valor Benjamim Guimarães” cuja vistoria técnica foi realizada em abril 2025, os demais projetos, por se encontrarem em fase inicial durante o segundo trimestre de 2025, ainda não reuniam condições para serem vistoriados. As visitas técnicas *in loco* a esses projetos serão realizadas à medida que apresentarem condições adequadas para vistoria.

Movimentação Financeira CPR SFP (2º Trimestre/2025)							
Contas Correntes Nº 12468-0 e 12583-0 Agência 3180-1 Banco do Brasil							
Período	Mês	Aportes (Eletrobras)	Outras Transferências	Desembolsos (Nota II)	Resgates (Nota III)	Aplicações (Nota III)	Saldo (R\$)
Saldo Inicial	mar/25						125,22
2º Trimestre de 2025	abr/25	-	-	(1.206.150,67)	1.206.025,45	-	-
	mai/25	-	(91.563,84)	(1.072.969,54)	1.164.533,38	-	-
	jun/25	-	98.710,05	(838.122,14)	838.109,14	(98.697,05)	-
Totais (R\$)		-	7.146,21	(3.117.242,35)	3.208.667,97	(98.697,05)	-

Nota I: Em 30 de junho de 2025, as contas correntes Nº 12468-0 e 12583-0, Agência 3180-1, Banco do Brasil, apresentavam saldo “zero” (R\$ 0,00).

Nota II: No período de 01 de abril a 30 de junho de 2025 (2º trimestre), os desembolsos realizados referem-se ao pagamento das medições dos projetos em execução no período, auditoria independente e pagamento de despesas bancárias (tarifas de manutenção e renovação), conforme quadro abaixo.

Desembolsos 2º Trimestre de 2025						
Período	Mês	Projetos (a)	Auditoria Independente	Ressarcimento Eletrobras (b)	Despesas Bancárias	Total (R\$)
2º Trimestre de 2025	abr/25	(1.206.149,07)	-	-	(1,60)	(1.206.150,67)
	mai/25	(1.072.927,34)	-	-	(42,20)	(1.072.969,54)
	jun/25	(767.216,31)	(70.888,03)	-	(17,80)	(838.122,14)
Totais (R\$)		(3.046.292,72)	(70.888,03)	-	(61,60)	(3.117.242,35)

(a) Os projetos que tiveram pagamentos de medições no 2º trimestre de 2025 constam relacionados no quadro do **Anexo II.b**.

(b) No período do 2º trimestre de 2025 não houve ressarcimentos de custos administrativos e de tributos à Eletrobras.

Nota III: Em 30 de junho de 2025, os saldos das aplicações financeiras vinculadas às contas correntes Nº 12468-0 e 12583-0, mantidas na Agência 3180-1 do Banco do Brasil, totalizavam R\$ 1.251.644.245,38. A movimentação dessas aplicações no 2º trimestre de 2025 foi a seguinte:

Movimentação Aplicações Automáticas - CPR SFP (2º Trimestre de 2025)						
Período	Mês	Aplicações (R\$)	Resgates e Transferências (R\$)	Rendimentos Bruto (R\$)	Imposto de Renda Retido na Fonte (R\$)	Saldo no fim do mês (R\$)
Saldo Inicial	mar/25					1.227.016.009,29
2º Trimestre de 2025	abr/25	-	(1.206.025,45)	15.032.553,44	(10.595,13)	1.240.831.942,15
	mai/25	-	(1.164.533,38)	13.272.825,14	(13.637.138,56)	1.239.303.095,35
	jun/25	98.697,05	(838.109,14)	13.081.278,21	(716,09)	1.251.644.245,38
Totais (R\$)		98.697,05	(3.208.667,97)	41.386.656,79	(13.648.449,78)	1.251.644.245,38

Desembolsos Eletrobras - 2º Trimestre de 2025				
Descrição	Período de Referência	Valor (R\$)	Ressarcido (R\$)	Saldo a Ressarcir (R\$)
Serviços Administrativos (a)		(1.560.759,03)	-	(1.560.759,03)
Custos administrativos	2º Trimestre/2025	(1.560.759,03)	-	(1.560.759,03)
Tributos (b)		(1.924.479,54)	-	(1.924.479,54)
PIS/COFINS Apurados s/ Redimentos	abr/25	(699.013,73)	-	(699.013,73)
PIS/COFINS Apurados s/ Redimentos	mai/25	(617.186,37)	-	(617.186,37)
PIS/COFINS Apurados s/ Redimentos	jun/25	(608.279,44)	-	(608.279,44)
Retenções (c)		(75.227,21)	-	(75.227,21)
Impostos retidos na fonte (NFs)	2º Trimestre/2025	(75.227,21)	-	(75.227,21)
Totais (R\$)		(3.560.465,78)	-	(3.560.465,78)

(a) O custeio administrativo lançado no 2º trimestre de 2025, está composto pelos seguintes custos:

Descrição	2º Trim/25 (R\$)
Custos com pessoal - VRR - Planejamento	(365.487,67)
Custos com pessoal - VEE - Implantação	(1.151.559,00)
Custos viagens - VEE - Implantação	(43.712,36)
Total Custos Administrativo - 2º Trimestre 2025 (R\$)	(1.560.759,03)

(b) As obrigações tributárias relacionadas ao PIS e à COFINS, foram apuradas sobre os rendimentos das aplicações financeiras auferidos no 2º trimestre de 2025, conforme demonstrado abaixo:

Mês	Rendimento Bruto (Aplicações)	PIS (0,65%)	COFINS (3,00%)	Total (R\$)
abr/25	15.032.553,44	(97.711,60)	(601.302,14)	(699.013,73)
mai/25	13.272.825,14	(86.273,36)	(530.913,01)	(617.186,37)
jun/25	13.081.278,21	(85.028,31)	(523.251,13)	(608.279,44)
Totais (R\$)	41.386.656,79	(269.013,27)	(1.655.466,27)	(1.924.479,54)

A apuração das contribuições ao PIS/PASEP e à COFINS incidentes sobre as receitas financeiras está sendo realizada em conformidade com a legislação vigente, nos termos do Decreto nº 8.426, de 1º de abril de 2015, reprimado pelo Decreto nº 11.374, de 2023.

Nos termos do art. 1º do referido decreto, estão restabelecidas as alíquotas de 0,65% para o PIS/PASEP e de 4% para a COFINS sobre receitas financeiras, inclusive aquelas decorrentes de operações realizadas para fins de hedge, auferidas por pessoas jurídicas submetidas ao regime de apuração não cumulativa dessas contribuições.

(c) Considerando a natureza fiscal e tributária de determinados fornecedores contratados para execução dos projetos, prestação de serviços de BPO e de Auditoria Independente, os pagamentos de determinadas medições foram realizados com retenção dos tributos destacados nas respectivas Notas Fiscais de Serviço Eletrônicas (NFS-e), conforme demonstrado no quadro a seguir. Tais valores retidos deverão ser recolhidos pela Eletrobras e serão passíveis de ressarcimento pela CPR.

Projeto	Fornecedor	Contrato	Nº NF	Valor NF (R\$)	Retenções NF (R\$)	Valor Líquido (R\$)	Pagamento
EF-004	Engeconsult	4500082247	10739	27.681,20	(3.086,46)	24.594,74	04/04/25
EF-006	INC Ind. Naval	4500080050	187	1.073.157,58	-	1.073.157,58	09/04/25
EF-009	Accenture	4500078923	41866	115.500,00	(7.103,25)	108.396,75	14/04/25
EF-006	INC Ind. Naval	4500080050	191	500.716,32	-	500.716,32	08/05/25
EF-060	Accenture	4500082884	42070	54.356,08	(3.342,90)	51.013,18	21/05/25
EF-061	Accenture	4500082884	42070	46.590,92	(2.865,34)	43.725,58	21/05/25
EF-011	Accenture	4500082884	42070	93.127,99	(5.727,37)	87.400,61	21/05/25
EF-002	Accenture	4500082884	42070	19.028,89	(1.170,28)	17.858,60	21/05/25
EF-001	Accenture	4500082884	42070	31.345,97	(1.927,78)	29.418,19	21/05/25
EF-010	Accenture	4500082884	42070	115.500,00	(7.103,25)	108.396,75	21/05/25
EF-013	Accenture	4500082884	42070	13.206,34	(812,19)	12.394,15	21/05/25
EF-064	Accenture	4500082884	42070	6.101,32	(375,23)	5.726,09	21/05/25
EF-024	Accenture	4500082884	42070	11.736,87	(721,82)	11.015,05	21/05/25
EF-006	Bureau Veritas	4500081283	125558	31.328,16	(3.493,07)	27.835,09	22/05/25
EF-006	Bureau Veritas	4500081283	124929	38.846,91	(4.331,42)	34.515,49	22/05/25
EF-006	Bureau Veritas	4500081283	125559	38.846,91	(4.331,42)	34.515,49	22/05/25
EF-080	Accenture	4500078923	41728	115.500,00	(7.103,25)	108.396,75	27/05/25
EF-006	INC Ind. Naval	4500080050	196	631.057,57	-	631.057,57	11/06/25
EF-005	Engeconsult	4500081907	10914	114.398,72	(12.755,46)	101.643,25	12/06/25
EF-006	Bureau Veritas	4500081283	126963	38.846,91	(4.331,42)	34.515,49	13/06/25
Auditoria	Consórcio BEZ & Delos	4500078147	4792	75.533,33	(4.645,30)	70.888,03	06/06/25
Totais (R\$)				3.192.407,99	(75.227,21)	3.117.180,75	

Consolidação dos Desembolsos Realizados no 2º Trimestre/2025				
Rubricas (Destinações)	Competência	CPR SFP (R\$)	Eletrobras (R\$)	Total (R\$)
Projetos		(3.046.292,72)	-	(3.046.292,72)
Projetos	abr/25	(1.206.149,07)	-	(1.206.149,07)
Projetos	mai/25	(1.072.927,34)	-	(1.072.927,34)
Projetos	jun/25	(767.216,31)	-	(767.216,31)
Auditoria Independente		(70.888,03)	-	(70.888,03)
Auditoria Independente (Global)	jun/25	(70.888,03)	-	(70.888,03)
Serviços Administrativos		-	(1.560.759,03)	(1.560.759,03)
Custos administrativos	2º Trimestre/2025	-	(1.560.759,03)	(1.560.759,03)
Tributos		-	(1.924.479,54)	(1.924.479,54)
PIS/COFINS Apurados s/ Redimentos	abr/25	-	(699.013,73)	(699.013,73)
PIS/COFINS Apurados s/ Redimentos	mai/25	-	(617.186,37)	(617.186,37)
PIS/COFINS Apurados s/ Redimentos	jun/25	-	(608.279,44)	(608.279,44)
Retenções		-	(75.227,21)	(75.227,21)
Impostos retidos na fonte (NFs)	2º Trimestre/2025	-	(75.227,21)	(75.227,21)
Despesas Bancárias		(61,60)	-	(61,60)
Despesas Bancárias	abr/25	(1,60)	-	(1,60)
Despesas Bancárias	mai/25	(42,20)	-	(42,20)
Despesas Bancárias	jun/25	(17,80)	-	(17,80)
Totais (R\$)		(3.117.242,35)	(3.560.465,78)	(6.677.708,13)

Nota I: Os desembolsos realizados no 2º trimestre de 2025 totalizaram R\$ 6.677.708,13, dos quais R\$ 3.117.242,35 (aproximadamente 46,68%) foram custeados diretamente pela CPR São Francisco e Parnaíba. Os R\$ 3.560.465,78 (aproximadamente 53,32%) restantes referem-se a despesas administrativas e obrigações tributárias vinculadas à CPR, as quais foram integralmente adiantadas pela Eletrobras, sendo passíveis de ressarcimento mediante autorização do Comitê Gestor.